

CAPÍTULO I – DIREITOS POLÍTICOS	1
1. Compreensão dos direitos políticos	1
1.1. Política	1
1.2. Direito Político	2
1.3. Direitos políticos	2
2. Direitos humanos e direitos políticos	4
3. Direitos fundamentais e direitos políticos	6
4. Privação de direitos políticos	6
4.1. Considerações iniciais	6
4.2. Cancelamento de naturalização	8
4.3. Incapacidade civil absoluta	9
4.4. Condenação criminal transitada em julgado	10
4.5. Recusa de cumprir obrigação a todos imposta	13
4.6. Improbidade administrativa	14
CAPÍTULO II – DIREITO ELEITORAL	15
1. Conceito e fundamento do Direito Eleitoral	15
2. O microssistema eleitoral	16
3. Conceitos indeterminados	16
4. Fontes do Direito Eleitoral	17
5. Hermenêutica eleitoral	19
5.1 Princípio da proporcionalidade	21

CAPÍTULO III – PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL.....	23
1. Sobre princípios.....	23
2. Princípios fundamentais de Direito Eleitoral.....	24
3. Democracia	24
4. Democracia partidária.....	28
5. Estado Democrático de Direito	31
6. Soberania popular	31
7. Princípio republicano	32
8. Princípio federativo.....	33
9. Sufrágio universal.....	34
9.1. Que é sufrágio?.....	34
9.2. Sufrágio e cidadania.....	35
9.3. Classificação do sufrágio.....	35
9.4. Sufrágio e voto.....	38
9.5. Voto.....	38
9.6. Voto e escrutínio	41
9.7. Voto eletrônico	41
10. Legitimidade das eleições	42
11. Moralidade	42
12. Probidade.....	44
13. Igualdade ou isonomia.....	44
14. Princípios processuais.....	45
CAPÍTULO IV – ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL	49
1. Considerações iniciais	49
2. Funções da Justiça Eleitoral.....	51
2.1. Função administrativa	51
2.2. Função jurisdicional.....	52
2.3. Função normativa	53
2.4. Função consultiva	54
3. Tribunal Superior Eleitoral	55
4. Tribunal Regional Eleitoral	58
5. Juízes eleitorais	61
6. Juntas eleitorais.....	62
7. Divisão geográfica da Justiça Eleitoral.....	63

CAPÍTULO V – MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....	65
1. Considerações iniciais	65
2. Procurador-Geral Eleitoral.....	66
3. Procurador Regional Eleitoral	67
4. Promotor Eleitoral.....	68
CAPÍTULO VI – PARTIDOS POLÍTICOS.....	71
1. Caracterização do partido político	71
2. Liberdade de organização partidária.....	74
3. Fidelidade partidária.....	75
4. Decretação de perda de cargo por infidelidade partidária.....	77
CAPÍTULO VII – SISTEMAS ELEITORAIS.....	89
1. Considerações iniciais	89
2. Sistema majoritário	90
3. Sistema proporcional	90
4. Sistema misto	95
CAPÍTULO VIII – ALISTAMENTO ELEITORAL	97
1. Considerações iniciais	97
2. Domicílio eleitoral	98
3. Alistamento eleitoral obrigatório.....	99
3.1. Realização do alistamento	99
3.2. Pessoas obrigadas a se alistar	101
3.3. Sigilo do cadastro eleitoral	105
4. Alistamento eleitoral facultativo.....	105
5. Inalistabilidade	106
6. Transferência de domicílio eleitoral	107
7. Cancelamento e exclusão.....	110
8. Revisão do eleitorado	113
CAPÍTULO IX – ELEGIBILIDADE	117
1. Caracterização da elegibilidade	117
2. Condições de elegibilidade	118
2.1. Nacionalidade brasileira.....	118

2.2. Pleno exercício dos direitos políticos	119
2.3. Alistamento eleitoral.....	119
2.4. Domicílio eleitoral na circunscrição	119
2.5. Filiação partidária	120
2.6. Idade mínima.....	123
3. Elegibilidade de militar	124
4. Reelegibilidade	125
5. Momento de aferição das condições de elegibilidade	126
CAPÍTULO X – INELEGIBILIDADE.....	129
1. Caracterização da inelegibilidade	129
2. Incompatibilidade e desincompatibilização	130
2.1. Desincompatibilização e reeleição	131
3. Classificação das inelegibilidades	131
4. Inelegibilidades constitucionais.....	133
4.1. Considerações iniciais.....	133
4.2. Inelegibilidade de inalistáveis	134
4.3. Inelegibilidade de analfabetos	134
4.4. Inelegibilidade por motivos funcionais	137
4.5. Inelegibilidade reflexa: cônjuge e parentes	140
4.5.1. Inelegibilidade reflexa derivada de matrimônio.....	142
4.5.2. Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por consangüinidade ou adoção até o 2º grau	144
4.5.3. Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por afinidade até o 2º grau	144
5. Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais	145
5.1. Considerações iniciais.....	145
5.2. A Lei Complementar 64/90	146
5.3. Inelegibilidades legais absolutas.....	146
5.3.1. Perda de mandato legislativo (art. 1º, I, “b”)	147
5.3.2. Perda de mandato executivo (art. 1º, I, “c”)	147
5.3.3. Abuso de poder econômico e político (art. 1º, I, “d”).....	148
5.3.4. Abuso de poder político (art. 1º, I, “h”).....	149
5.3.5. Condenação criminal transitada em julgado (art. 1º, I, “e”).....	150
5.3.6. Indignidade do oficialato (art. 1º, I, “f”)	151
5.3.7. Rejeição de contas (art. 1º, I, “g”)	152

5.3.8. Cargo ou função em instituição financeira liquidanda (art. 1º, I, “i”)	158
5.4. Inelegibilidades legais relativas	159
5.4.1. Inelegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República	159
5.4.2. Inelegibilidade para Governador e Vice-Governador	161
5.4.3. Inelegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito	162
5.4.4. Inelegibilidade para o Senado	162
5.4.5. Inelegibilidade para a Câmara de Deputados.....	162
5.4.6. Inelegibilidade para a Câmara Municipal.....	162
5.4.7. Inelegibilidade: situações particulares	162
6. Arguição judicial de inelegibilidade.....	169
CAPÍTULO XI – PROCESSO ELEITORAL	171
CAPÍTULO XII – REGISTRO DE CANDIDATURA	173
1. Convenção partidária	173
1.1. Caracterização da convenção partidária.....	173
1.2. Invalidade da convenção.....	177
1.3. Quantos candidatos podem ser escolhidos em convenção?	178
1.4. Indicação de candidato para vaga remanescente e substituição.....	178
1.5. Prévias eleitorais	178
2. Coligação partidária	179
3. Registro de candidatura.....	182
3.1. Natureza jurídica	182
3.2. Rito.....	185
3.3. Pedido de registro	189
3.3.1. Documentos necessários ao registro	190
3.3.2. Identificação do candidato	197
3.4. Pedido avulso de registro de candidatura	198
3.5. Candidatura nata.....	199
3.6. Número de candidatos que pode ser registrado por partido ou coligação	199
3.7. Quotas eleitorais.....	203
3.8. Vagas remanescentes	204

3.9. Substituição de candidatos	205
3.9.1. Substituição de candidato majoritário	206
3.9.2. Substituição de candidato proporcional	208
4. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura – AIRC	208
4.1. Caracterização da impugnação de registro de candidato	208
4.2. Aspectos processuais da AIRC	209
4.2.1. Procedimento	209
4.2.2. Prazos	210
4.2.3. Início do processo	211
4.2.4. Competência	211
4.2.5. Petição inicial	211
4.2.6. Objeto	212
4.2.7. Causa de pedir	212
4.2.8. Partes	215
4.2.9. Notificação do impugnado	219
4.2.10. Defesa	219
4.2.11. Desistência da ação	220
4.2.12. Antecipação da tutela	221
4.2.13. Extinção do processo	221
4.2.14. Julgamento antecipado da lide	222
4.2.15. Fase probatória: audiência de instrução e diligências	222
4.2.16. Alegações finais	223
4.2.17. Julgamento	224
4.2.18. Recurso	227
CAPÍTULO XIII – CAMPANHA ELEITORAL	231
1. Caracterização da campanha eleitoral	231
2. Captação de votos	232
3. Abuso de poder	232
3.1. Abuso de poder econômico	235
3.2. Abuso de poder político	238
3.3. Abuso de poder e inelegibilidade	240
3.4. Responsabilidade por abuso de poder	240
4. Financiamento de campanha eleitoral	242
4.1. Considerações iniciais	242
4.2. Financiamento público	243

4.3. Financiamento privado	243
4.4. Prestação de contas	251
5. Pesquisas e testes pré-eleitorais	259
6. Propaganda eleitoral	262
CAPÍTULO XIV – PROPAGANDA POLÍTICO-ELEITORAL	263
1. Propaganda política.....	263
1.1. Caracterização da propaganda política	263
1.2. Novas tecnologias comunicacionais	265
1.3. Fundamentos da propaganda política.....	267
1.4. Princípios da propaganda política	268
1.5. Espécies de propaganda política	269
2. Propaganda partidária.....	270
3. Propaganda intrapartidária.....	276
4. Propaganda eleitoral	277
5. Propaganda institucional	284
6. Representação por propaganda eleitoral ilícita	287
6.1. Procedimento do artigo 96 da LE	287
6.2. Caracterização da representação por propaganda eleitoral ilícita	288
6.3. Aspectos processuais da representação	289
6.3.1. Procedimento.....	289
6.3.2. Prazos.....	289
6.3.3. Início do processo.....	290
6.3.4. Petição inicial.....	290
6.3.5. Objeto.....	291
6.3.6. Causa de pedir	291
6.3.7. Partes	292
6.3.8. Prazo para ajuizamento	296
6.3.9. Desistência da ação	298
6.3.10. Competência	298
6.3.11. Cautelar	301
6.3.12. Notificação do representado	301
6.3.13. Defesa.....	301
6.3.14. Intervenção obrigatória do Ministério Público.....	302
6.3.15. Extinção do processo	302
6.3.16. Julgamento antecipado da lide	302

6.3.17. Fase probatória.....	302
6.3.18. Alegações finais.....	304
6.3.19. Julgamento.....	304
6.3.20. Recurso	304
6.3.21. Execução de multa.....	306
7. Direito de resposta	308
7.1. Caracterização do direito de resposta.....	308
7.2. Aspectos processuais do pedido de direito de resposta	312
CAPÍTULO XV – ELEIÇÃO.....	317
1. Garantias eleitorais.....	317
2. Preparação das eleições	322
3. O dia da eleição: votação.....	324
4. Apuração dos votos	328
5. Proclamação dos resultados	329
CAPÍTULO XVI – DIPLOMAÇÃO	331
1. Considerações iniciais	331
2. Recurso Contra Expedição de Diploma – RCED	333
2.1. Caracterização do RCED	333
2.2. Aspectos processuais	338
2.3. Realização de novas eleições e convocação do segundo colocado	345
CAPÍTULO XVII – AÇÕES JUDICIAIS ELEITORAIS.....	351
1. Considerações iniciais	351
2. AIJE por abuso de poder	351
2.1. Caracterização da AIJE por abuso de poder.....	352
2.2. Aspectos processuais da AIJE	354
2.2.1. Procedimento.....	354
2.2.2. Prazos	355
2.2.3. Início do processo	356
2.2.4. Petição inicial.....	356
2.2.5. Objeto	358
2.2.6. Causa de pedir	358
2.2.7. Partes	361
2.2.8. Prazo para ajuizamento	366

2.2.9. Litispendência e coisa julgada	366
2.2.10. Desistência da ação	367
2.2.11. Competência	368
2.2.12. Antecipação da tutela.....	368
2.2.13. Cautelar.....	369
2.2.14. Notificação do representado	369
2.2.15. Defesa.....	370
2.2.16. Extinção do processo	371
2.2.17. Julgamento antecipado da lide	371
2.2.18. Fase probatória e diligências	372
2.2.19. Alegações finais.....	378
2.2.20. Relatório.....	379
2.2.21. Julgamento.....	379
2.2.22. Recurso	383
2.2.23. Ação rescisória eleitoral	388
3. Ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais – LE, art. 30-A	388
4. Ação por captação ilícita de sufrágio – LE, art. 41-A	392
4.1. Caracterização da captação ilícita de sufrágio.....	392
4.2. Aspectos processuais	397
4.2.1. Objeto.....	397
4.2.2. Causa de pedir	397
4.2.3. Partes: litisconsórcio passivo	398
4.2.4. Prazo para ajuizamento	399
4.2.5. Desistência.....	399
4.2.6. Competência	400
4.2.7. Antecipação de tutela.....	401
4.2.8. Cautelar.....	403
4.2.9. Julgamento antecipado da lide	404
4.2.10. Relatório.....	404
4.2.11. Julgamento.....	405
4.2.12. Recurso	406
4.2.13. Realização de novas eleições e convocação do segundo colocado	410
5. Ação por conduta vedada a agentes públicos – LE, arts. 73 a 78.....	414
5.1. Caracterização da conduta vedada.....	414

5.2. Aspectos processuais	438
6. Cúmulo de pedidos.....	444
CAPÍTULO XVIII – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO – AIME.....	445
1. Caracterização da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	445
2. Aspectos processuais da AIME.....	448
2.1. Procedimento.....	448
2.1.1. Segredo de justiça	450
2.1.2. Petição inicial.....	451
2.1.3. Objeto.....	453
2.1.4. Causa de pedir	453
2.1.5. Partes	453
2.1.6. Prazo para ajuizamento	456
2.1.7. Litispendênci a e coisa julgada	456
2.1.8. Desistência da ação	457
2.1.9. Competência	458
2.1.10. Cautelar	458
2.1.11. Citação.....	459
2.1.12. Defesa.....	459
2.1.13. Extinção do processo	459
2.1.14. Julgamento antecipado da lide	460
2.1.15. Fase probatória: audiência de instrução e diligências	461
2.1.16. Alegações finais.....	465
2.1.17. Julgamento.....	466
2.1.18. Recurso	468
2.1.19. Convocação do segundo colocado	471
REFERÊNCIAS	473
REPERTÓRIOS DE JURISPRUDÊNCIA.....	477